

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 195 - outubro /2011

Período de: 22/10 a 28/10/2011

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.633	DJE; 26/10/2011	Designa Comissão Sindicante para apuração de fatos e responsabilidade em decorrência do que consta da CI nº 54/2011 - DIRFOR/GETEC.	Port. 2.633 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.634	DJE; 27/10/2011	Designa Comissão do Concurso para provimento de cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 2.634 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.635	DJE; 27/10/2011	Designa data para a instalação de vara na Comarca de Manhuaçu.	Port. 2.635 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.636	DJE; 27/10/2011	Designa data para a instalação de vara na Comarca de Varginha.	Port. 2.636 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 49	DJE; 26/10/2011	Avisa que se encontram vagos os serviços notariais e de registro em comarcas relacionadas no ato normativo, os quais serão objeto de concurso público.	Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br
AVISO Nº 50	DJE; 26/10/2011	Avisa a todos os Juizes de Direito Diretores do Foro, Notários e Registradores do Estado de Minas Gerais, bem como a quem mais possa interessar que a expedição das certidões de atos notariais e de registro requisitadas administrativamente pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais é isenta do pagamento de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária, nos termos do artigo 19 da Lei Estadual nº 15.424/2004.	ou Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/codigo_normas/

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br